



SIMULADO SEMESTRAL 2018.2

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova que contém em suas páginas **100** questões objetivas. Confira o caderno e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo **100** questões, o qual **NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de sua opção.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de anulação das respostas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o cartão-resposta devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de até 4 (quatro) horas. A saída do candidato só será permitida depois de transcorrida 1 (uma) hora do início da aplicação da prova. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. No dia **1º de dezembro 2018, após às 12h**, será publicado o gabarito da prova semestral.
10. O dia **3 de dezembro de 2018, às 12h**, é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesec.org.br.
É necessária a utilização de formulário próprio presente em nossa página para o recebimento do recurso.

BOA PROVA!

Florianópolis, 30 de novembro de 2018.

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Com base na jurisprudência do STF, NÃO é considerado preceito fundamental o(s)/a(s):

- a) Cláusulas Pétreas.
- b) O Preâmbulo.
- c) Os princípios sensíveis.
- d) Os Direitos Sociais.

02. O Direito fundamental que está presente no *caput* do art. 5º. e no *caput* do art. 6º. da CF/88 É:

- a) Segurança.
- b) Igualdade.
- c) Liberdade.
- d) Propriedade.

03. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, salvo os casos previstos em lei.
- b) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- c) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro ou por determinação judicial.
- d) É plena a liberdade de associação para quaisquer fins.

04. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país.
- b) São brasileiros natos os que comprovarem residência ininterrupta por mais de 15 ano e tenham idoneidade moral.
- c) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- d) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

05. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não podem se alistar como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- b) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

- c) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até ano antes do pleito.
- d) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

06. Em relação ao poder judiciário assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.
- b) O ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria simples do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- c) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- d) Não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.

07. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por três quintos da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- b) Compete privativamente ao Presidente da República nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- c) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição trinta dias depois de aberta a última vaga.
- d) O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a trinta dias, sob pena de perda do cargo.

08. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O caráter ilimitado e incondicionado do poder constituinte originário precisa ser visto com temperamentos, pois esse poder não pode ser entendido sem referendar aos valores éticos e culturais de uma comunidade política e tampouco resultar em decisões caprichosas e totalitárias.
- b) O poder constituinte originário surge em momentos que existam rupturas institucionais, sendo que sua formação se dá conforme o previsto na Constituição anterior e sua atuação fica condicionada somente aos limites sociais que orientam como deverá ser o texto da nova Constituição.
- c) As cláusulas pétreas são consideradas limitações materiais ao poder constituinte originário e derivado, tendo como principal intuito manter o núcleo dos princípios e valores da constituição, permitindo sua alteração apenas em momentos excepcionais.
- d) O surgimento do poder constituinte originário está ligado a momento de ruptura, sendo exemplos desses momentos situações como a revolução, a derrota em uma guerra,

a formação de um novo país, sendo este um dos motivos que podemos considerar que a Assembléia Constituinte que elaborou a Constituição de 1988 não foi o exercício de um poder originário.

09. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- b) Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.
- c) O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
- d) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por três quintos de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

10. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.
- b) Compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local.
- c) Não é vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- d) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

DIREITO CIVIL

11. Jovenil, quando morreu, era viúvo e tinha dois filhos vivos e um falecido. Esse filho falecido tinha dois filhos (netos de Jovenil), ambos vivos. A herança de Jovenil importava em 1.200.000,00 quando de sua morte. Como ficaria dividida a herança, sabendo-se que ele não tinha mais nenhum descendente além daqueles descritos acima?

- a) Cada filho vivo de Jovenil herda 600.000,00.
- b) Cada filho vivo de Jovenil herda 400.000,00 e cada neto herda 200.000,00.
- c) Cada filho vivo de Jovenil herda 300.000,00 e cada neto herda também 300.000,00.
- d) Cada filho vivo de Jovenil herda 200.000,00 e cada neto herda 400.000,00.

12. Eduardo tinha dois filhos. Era casado pelo regime da comunhão universal de bens com Maria. Quando eles casaram não tinham nenhum patrimônio particular. Tudo que o casal possuía foi comprado durante o casamento. O patrimônio total do casal, quando da morte de Eduardo, era de 1.000.000,00. Eles tiveram dois filhos comuns.

Diante da narrativa acima, é INCORRETO afirmar:

- a) Que a meação de Maria é de 500.000,00.
- b) Que cada filho do casal herda 250.000,00.

- c) Que cada filho do casal herda 133.333,33, mesmo valor recebido por Maria de herança.
- d) Que Maria não recebe nada de herança pela morte de seu marido.

13. Sobre o tema “Alimentos”, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O novo casamento do cônjuge devedor extingue a obrigação constante da sentença de divórcio.
- b) O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes e colaterais, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.
- c) Com o casamento, a união estável ou o concubinato do credor, cessa o dever de prestar alimentos.
- d) Segundo o STJ, pode o nubente renunciar o direito a alimentos em pacto antenupcial.

14. Sobre as nulidades dos negócios jurídicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de três anos, a contar da data da conclusão do ato.
- b) A invalidade do instrumento induz a do negócio jurídico.
- c) Subsistirá o negócio jurídico, se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que aproveite dela tivesse ou devesse ter conhecimento; mas o autor da coação responderá por todas as perdas e danos que houver causado ao coacto.
- d) O erro de cálculo autoriza a retificação da declaração de vontade ou a declaração de nulidade.

15. Paulo e Maria, casados entre si, sem descendentes ou ascendentes vivos, falecem por ocasião do naufrágio do navio no qual viajavam de férias. Pedro, primo de Paulo, e Marcos, primo de Maria, concorrem à herança dos falecidos. Nesse caso:

- a) A Pedro tocará a herança deixada pelo casal em caso de declaração de comoriência.
- b) Se a perícia atestar que Paulo faleceu dez minutos antes de Maria, a herança daquele será transferida para sua esposa Maria e, posteriormente, após se agregar ao patrimônio dela, arrecadada por Marcos.
- c) Se a perícia atestar que Paulo faleceu dez minutos antes de Maria, a herança daquele será transferida para o seu primo Pedro.
- d) A Marcos tocará a herança deixada pelo casal em caso de declaração de comoriência.

16. De acordo com o Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A composses pode dar-se em relação a coisas divisíveis, sejam elas móveis e/ou imóveis.
- b) É considerado desdobramento da posse quando houver o esbulho de coisas indivisíveis.
- c) Os menores absolutamente incapazes não podem ser possuidores diretos ou indiretos.
- d) A posse é justa quando não for violenta, clandestina ou precária.

17. De acordo com o Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O penhor é forma de pagamento de dívida que envolva aquisição de coisas móveis.
- b) É nula a cláusula que autoriza o credor pignoratício a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
- c) O penhor, a hipoteca, a anticrese e a propriedade superficiária são direitos reais em garantia.
- d) O penhor legal é aquele que os pais têm em relação às coisas móveis pertencentes aos filhos enquanto sob poder familiar.

18. Quanto à responsabilidade civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Transportador possui dever ressarcitório objetivo e de meio, ficando isento, porém, por ato de terceiro causador de acidente, por fortuito interno, conforme jurisprudência assente no STJ.
- b) Tanto os autores materiais do ilícito quanto as empresas multinacionais provedoras de internet possuem responsabilidade civil solidária, objetiva e compartilhada, por atos perpetrados contra os usuários inocentes do serviço, conforme já deliberado em diversos REsp. no STJ.
- c) Em que pese histórica discussão acadêmica e jurisprudencial, o STJ entende pela possibilidade de fixação de indenização decorrente de abandono parental, face a violação do princípio da dignidade da pessoa humana e do dever de cuidado, amparado no princípio da afetividade.
- d) A perda de um direito potestativo reconhecido pode se dar, apenas, incidindo a prescrição ou a decadência, nas hipóteses previstas no CC, arts. 205 e segs., vinculadas ao princípio da segurança jurídica.

19. Quanto à responsabilidade civil é CORRETO afirmar que:

- a) Constitui ato ilícito quando alguém destrói coisa alheia com o fim de remover perigo iminente.
- b) O atual Código Civil sempre exige a comprovação da culpa para comprovação da responsabilidade civil.
- c) Quanto aos danos materiais, a obrigação de reparação e a obrigação de prestá-la não se transmite com a herança.
- d) É lícita a cumulação de dano moral e dano estético.

20. No contrato de compra e venda é CORRETO afirmar que:

- a) No silêncio do contrato, as custas com a tradição são do vendedor e as de escritura e registro são do comprador.
- b) É nula a venda de bem realizada pelo pai aos filhos.
- c) Venda *Ad Corpus* é aquela efetuada com a especificação de suas medidas e, se faltar área, o comprador poderá reclamar a resolução do contrato.
- d) A entrega da coisa é pressuposto de existência do contrato.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**21. Sobre as ações possessórias, é CORRETO afirmar:**

- a) Não se admite a aplicação da fungibilidade nas ações possessórias, de modo que se o autor postular, equivocadamente, a reintegração de posse em caso de evidente manutenção de posse, diante de turbação dos direitos possessórios do autor, o Juiz deve extinguir a ação por carência processual.
- b) Na ação possessória, sempre se exige a citação pessoal de todos os réus, em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, mesmo quando figure no pólo passivo grande número de pessoas, em processos relativos a movimentos sociais.
- c) As ações possessórias possuem natureza dúplice, porquanto se admite que o réu formule pedido contraposto contra o autor, na peça defensiva, no prazo de resposta, caso em que se faculta ao réu postular tanto a proteção possessória, quanto pleito indenizatório pelos eventuais prejuízos resultantes do esbulho ou turbação praticado pelo autor.
- d) A sentença nas ações possessórias sempre possui a natureza de ações do tipo executiva “lato sensu”, mesmo quando contempla pedido indenizatório e fixa verbas sucumbenciais, eis que a execução deste pronunciamento judicial sempre dispensa a fase de cumprimento, porquanto se materializa com a expedição de mandado judicial, a ser cumprido por Oficial de Justiça.

22. Sobre o procedimento voltado à Interdição, é CORRETO afirmar:

- a) A ação de interdição visa obter a declaração judicial de incapacidade da pessoa natural, impedindo-a de praticar atos da vida civil. Em virtude disso, não se admite a declaração de incapacidade parcial, porquanto o interditado, assim declarado judicialmente, fica integralmente impedido de realizar quaisquer atos da vida civil.
- b) A sentença concessiva de interdição deve ser averbada no Registro Civil, razão pela qual a legislação exige a sua inscrição no Cartório de Registro de Pessoas Naturais, no qual conste o registro do interditado, sem prejuízo de publicação de editais e em sites de órgãos públicos, com vistas a dar ampla publicidade acerca da interdição efetivada.
- c) A interdição, depois de transitada em julgado, é irreversível, por conta da coisa julgada. Assim, jamais se admite o levantamento da interdição, mesmo nos casos em que houver a cessação da causa que a determinou.
- d) Se o fundamento da ação de interdição for o acometimento de doença mental que afete a capacidade de manifestação de vontade do interditando, dispensa-se a juntada de laudos médicos com o pleito inicial, tampouco a entrevista com o interditando, além da realização de perícia médica, na medida em que as alegações constantes da petição inicial são suficientes a comprovar a condição de enfermidade alegada.

23. Fulano é advogado em um processo, no qual substituiu o advogado Beltrano, falecido. Por erro do cartório, a intimação para a apresentação de quesitos à perícia no prazo de 15 dias foi realizada em nome de Beltrano, apenas. Fulano perdeu esse prazo, mas possui quesitos formulados.

Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Fulano deverá apresentar os seus quesitos, mesmo intempestivamente, arguindo a nulidade da intimação em preliminar de petição.
- b) Fulano deverá peticionar ao magistrado requerendo o reconhecimento da nulidade da intimação e, caso haja esse reconhecimento, poderá peticionar, posteriormente, apresentando os seus quesitos.
- c) A apresentação dos quesitos foi atingida pela preclusão temporal.
- d) Fulano deverá apresentar seus quesitos, mesmo intempestivos, pois não se trata de prazo peremptório.

24. Sobre as tutelas provisórias, assinale a alternativa CORRETA:

- a) São requisitos, para a sua concessão, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.
- b) Têm nas cautelares uma modalidade de tutela acessória de evidência.
- c) O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento deste, salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.
- d) Na cautelar requerida em caráter antecedente, não sendo contestado o pedido, os fatos alegados pelo autor presumir-se-ão inverossímeis, caso em que o juiz decidirá dentro de 5 (cinco) dias.

25. Assinale a alternativa correta. Com relação aos recursos é CORRETO afirmar:

- a) A desistência do recurso impede a análise de questão cuja repercussão geral já tiver sido conhecida.
- b) Considera-se aceitação tácita a prática, de ato incompatível com a vontade de recorrer.
- c) A decisão pode ser impugnada no todo ou em parte.
- d) O recorrente poderá, a qualquer tempo, com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

26. Admitido o recurso extraordinário no juízo *a quo*, o Supremo Tribunal Federal tem a competência para reconhecer ou não a presença de repercussão geral. Considerando essa afirmativa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A admissão de recurso extraordinário faz com que todos os recursos com matéria idêntica sejam sobrestados até o seu efetivo julgamento.
- b) A repercussão geral constitui juízo de admissibilidade recursal diferido.
- c) Reconhecida a repercussão geral, o relator no Supremo Tribunal Federal determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem em território nacional.
- d) Reconhecida a repercussão geral, o relator no Supremo Tribunal Federal determinará a suspensão apenas do processamento dos recursos extraordinários interpostos que versem sobre a questão.

27. Considerando o sistema de precedentes adotado pelo modelo processual do Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Precedentes são as súmulas e as decisões colegiadas dos tribunais proferidas em ações e incidentes repetitivos.

- b) Precedentes apenas podem ser criados pelas cortes superiores, pois tribunais estaduais e regionais federais não possuem competência para resolver demandas de caráter repetitivo.
- c) Precedentes se diferenciam de súmulas por serem jurisprudências simples de caráter vinculante.
- d) O juiz de primeiro grau, ao fundamentar a sua decisão, deverá adotar o precedente invocado pela parte, ou, alternativamente, fazer a distinção do caso em julgamento ou demonstrar que aquele entendimento já foi superado, sob pena de nulidade da própria decisão por falta de fundamentação.

28. C ajuizou ação de indenização contra D, o qual restou condenado ao pagamento do valor de R\$10.000,00 (dez mil reais). Referida sentença transitou em julgado em 14 de agosto de 2017. Considerando que não houve o pagamento espontâneo, o exequente instaurou a competente fase de cumprimento da sentença em 25 de setembro de 2018. Quanto ao ato processual subsequente, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O devedor será intimado pelo Diário da Justiça, na pessoa de seu advogado, para cumprir a sentença no prazo de 15 (quinze) dias. Caso não efetue o pagamento, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.
- b) O devedor será intimado por carta com aviso de recebimento para cumprir a sentença no prazo de 15 (quinze) dias. Caso não efetue o pagamento, o débito será acrescido de multa de quinze por cento, sendo reduzidos os honorários de advogado pela metade.
- c) O devedor será citado para cumprir a sentença, por mandado ou por carta com aviso de recebimento, conforme tenha requerido o credor. Caso não efetue o pagamento, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.
- d) O devedor será intimado na pessoa de seu advogado para cumprir a sentença pelo Diário da Justiça no prazo de 15 (quinze) dias. Caso efetue o pagamento, não será devida multa e nem honorários de advogado.

29. C ajuizou ação de cobrança contra D, o qual restou condenado ao pagamento do valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por meio de decisão prolatada em sede de julgamento antecipado parcial do mérito. Inconformado com a condenação, D interpôs recurso de agravo de instrumento, o qual foi recebido sem efeito suspensivo. Diante disso, C instaurou fase de cumprimento provisório da sentença, tendo o devedor sido intimado para efetuar o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena da incidência de multa e honorários advocatícios. Quanto à possibilidade de protesto da referida decisão, é CORRETO afirmar:

- a) O protesto será possível, considerando que o recurso de agravo de instrumento foi recebido apenas no efeito devolutivo.
- b) O protesto não será possível, considerando que a decisão não transitou em julgado.
- c) O protesto será possível desde que o credor apresente certidão de inteiro teor da decisão, uma vez já facultado o pagamento espontâneo.

d) O protesto não será possível por não se tratar de sentença e sim apenas de decisão interlocutória, sujeita, portanto, a confirmação por ocasião do julgamento definitivo.

30. Acerca da penhora, é CORRETO afirmar:

- a) A impenhorabilidade dos vencimentos, subsídios e salários não se aplica ao pagamento de pensão alimentícia, nem às importâncias excedentes a 50(cinquenta) salários-mínimos mensais para os créditos de qualquer natureza.
- b) Caso a penhora recaia sobre bem imóvel, deverá ser intimado também o cônjuge do executado, salvo se forem casados em regime de comunhão universal de bens.
- c) Exige-se a expedição de carta precatória para efetivar a penhora de imóveis situados em local diverso daquele onde tramita a ação de execução em razão do princípio da territorialidade.
- d) Opostos embargos à execução, caso lhes seja concedido efeito suspensivo, ficará impedida a efetivação dos atos de substituição ou reforço de penhora na execucional até que sejam julgados definitivamente.

DIREITO PENAL

31. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – No crime de roubo, quando há o uso de uma faca para ameaçar a vítima e possibilitar a subtração da *res furtiva*, deve ser reconhecida a causa de aumento do emprego de arma.

II – Para a maioria da doutrina o crime de extorsão se configura como *formal*, consumando-se no momento em que o agente emprega os meios aptos a constranger a vítima a lhe proporcionar indevida vantagem econômica.

III – Quando um furto é praticado por dois agentes em concurso, mesmo que um deles seja inimputável, caracteriza-se a qualificadora do concurso de agentes.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

32. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – Mostra-se possível a coexistência, no crime de lesões corporais, de qualificadoras várias, inclusive de natureza grave (§1º) e gravíssima (2º), como quando, por exemplo, além de ficar incapacitada para as ocupações habituais por mais de trinta dias (§1º, I), a vítima sofreu deformidade permanente (§2º, IV). Nesse caso, o crime permanece único, devendo ser aplicada a pena mais grave (§2º). Na fixação da pena-base, o juiz deve considerar as demais consequências sofridas pelo ofendido.

II – São elementos do crime de lesões corporais seguidas de morte: uma conduta dolosa, dirigida à ofensa da integridade corporal ou da saúde de outrem e o resultado culposo mais grave (morte), com o nexo entre a conduta e o resultado.

III – No caso de lesão corporal leve resultante de violência doméstica e familiar contra homem, a ação penal para processamento do caso será pública condicionada à representação.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

33. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – Na injúria, como não há imputação de fato, mas a opinião que o agente emite sobre o ofendido, a exceção da verdade é permitida.

II – A ameaça é crime formal, que se consuma no momento em que a vítima toma conhecimento do mal prometido, independentemente da real intimidação, bastando capacidade para tanto.

III – O crime de sequestro/cárcere privado tutela a liberdade de locomoção da vítima, que é um direito disponível. Assim, o consentimento da vítima, desde que consciente e válido, exclui o crime.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

34. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – São critérios utilizados pelo STF para verificar a possibilidade do princípio da insignificância ou da bagatela: mínima ofensividade da conduta do agente; nenhuma periculosidade social da ação; reduzido grau da reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

II – Pelo princípio da alteridade ou da transcendentalidade, não é possível incriminar atitudes puramente subjetivas, ou seja, aquelas que não lesionem bens alheios. Por esse princípio, não se pune a autolesão, exceto quando prejudicial a terceiros, como no caso do art. 171, §2º, V do CP (autolesão para fraudar seguro).

III – O princípio do *ne bis in idem* veda a dupla criminalização. Por isso, ninguém pode ser processado ou condenado mais de uma vez pelo mesmo fato.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

35. Em relação às assertivas abaixo, sobre a aplicação da lei penal, assinale a alternativa CORRETA:

I – A lei penal benéfica retroagirá, atingindo fatos anteriores à sua entrada em vigor.

II – Consolidou-se no STF e no STJ o entendimento de que é inviável a conjugação de leis penais benéficas, dado que tal implicaria espécies de criação de terceira normal, com a violação do princípio da separação dos poderes.

III - A lei penal revogada não poderá ser aplicada depois de sua revogação, mesmo que o fato criminoso tenha sido praticado sob sua égide e ela tenha sido sucedida por lei mais gravosa.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

36. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – São requisitos para a caracterização do concurso de pessoas: a pluralidade de condutas, a relevância causal da conduta de cada agente, o vínculo subjetivo entre os agentes e a colaboração, seja ela material ou moral, que o agente preste antes da consumação do fato.

II – Segundo orientação majoritária da doutrina, em matéria de crimes culposos admite-se somente a coautoria, mas nunca a participação.

III – Todo aquele que, não praticando a conduta descrita no tipo penal, coopera com o crime (antes de sua consumação), responde pelas penas e este cominadas, sendo considerado seu partícipe.

- a) Todas assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

37. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.

II – A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea.

III – É permitido o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

38. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – Mesmo sendo de 1 (um) ano a pena mínima cominada ao novo tipo penal de importunação sexual (art. 215, A do CP), não é possível a proposta de suspensão condicional do processo, nos moldes previstos no art. 89 da Lei 9.099/95, haja vista se tratar de crime contra a liberdade sexual.

II – O novo tipo penal do art. 215, A do CP – importunação sexual – tem como objetividade jurídica a liberdade sexual. Trata-se de crime comum e exige o dolo

direto e especial da satisfação da lascívia própria. Consuma-se com a efetiva prática do ato libidinoso.

III – A ação penal do crime de estupro será sempre pública incondicionada, independentemente da idade da vítima.

- a) Apenas a assertiva II está correta.
- b) Apenas a assertiva III está correta.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

39. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – Segundo a atual jurisprudência do STJ, o crime de associação para o tráfico de drogas (art. 35 da Lei 11.343/06) não é considerado equiparado a hediondo.

II – O crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16 da Lei 10.826/03) é considerado hediondo.

III – Por ser equiparado a hediondo, o crime de tráfico de drogas (art. 33 da Lei 11.343/06) é inafiançável e não admite liberdade provisória.

- a) Todas assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

40. O Direito Penal busca primordialmente a proteção de algo selecionado pelo legislador dentro de um critério político, somente merecendo sua proteção aqueles bens mais importantes, sempre na ideia de que a intervenção desse ramo do Direito se justifica apenas quando outro não se mostrar suficiente. Qual dos princípios abaixo melhor fundamenta o texto acima no seu ponto mais relevante?

- a) Legalidade.
- b) Adequação social.
- c) Intervenção mínima.
- d) Culpabilidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. A respeito da Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas), é INCORRETO afirmar:

- a) A vedação da liberdade provisória ao crime de tráfico, prevista no art. 44, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) O inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto, não podendo ser prorrogado, em hipótese alguma.
- c) A causa de especial diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, pode ser aplicada aos agentes primários, com bons antecedentes e não dedicados às atividades criminosas, nem integrantes de organizações criminosas.
- d) É permitida a infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, mediante autorização policial e ouvido o Ministério Público.

42. Acerca das previsões constantes na Lei n. 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, assinale a opção CORRETA, atentando-se, ainda, ao entendimento consagrado pelos Tribunais Superiores:

- a) Para os fins previstos na Lei Maria da Penha, considera-se violência doméstica e familiar tão somente a agressão sexual e psicológica.
- b) Nas ações penais condicionadas à representação, como é o caso do crime de ameaça, a retratação da representação pela ofendida poderá ocorrer de qualquer forma, desde que por escrito.
- c) A ação penal nos crimes de lesão corporal leve praticados no âmbito da violência doméstica e familiar é pública condicionada.
- d) Nos crimes de menor potencial ofensivo praticados no âmbito da violência doméstica e familiar não se aplica a Lei n. 9.099/95, que trata do procedimento sumaríssimo.

43. É INCORRETO afirmar sobre a Lei n. 9.296/96 (interceptação de comunicações telefônicas e de dados):

- a) Tramita em segredo de Justiça.
- b) Pode ser determinada de ofício pelo juiz ou a requerimento do Ministério Público ou da autoridade policial.
- c) É admitida mesmo quando a prova puder ser realizada por outros meios disponíveis.
- d) Não será admitida quando o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.

44. Quanto à prova criminal, é CORRETO afirmar:

- a) Prova diabólica é aquela oriunda do sobrenatural.
- b) São consideradas ilegítimas as provas ilícitas e as provas ilícitas por derivação.
- c) Não é prova ilícita por derivação aquela que, embora inicialmente viciada, puder ser obtida por fonte independente (*independent source*) ou por descoberta inevitável (*inevitable discovery*).
- d) Em face do princípio da ampla defesa, é possível à defesa do acusado requerer a produção de provas em qualquer fase do processo penal.

45. Ainda sobre a prova criminal, é INCORRETO afirmar:

- a) As perícias em geral são necessárias para a prova da materialidade de crimes que deixam vestígios, chamados *crimes transeuntes*.
- b) Salvo evidência de morte, a autópsia em cadáver será feita após seis (6) horas após o óbito.
- c) O interrogatório do acusado, meio de prova e de defesa, tem duas partes: a primeira referente ao *interrogatório de individualização ou qualificação*; e a segunda, como *interrogatório de mérito*.
- d) Confissão delatatória, também conhecida por “chamada do corréu”, é o ato pelo qual o acusado, admitindo sua autoria no crime, aponta outro acusado ou terceiro como coautor ou partícipe.

46. Quanto à prova no processo penal, escolha, dentre as alternativas abaixo, aquela que não apresenta qualquer mácula:

- a) Sendo o réu menor, é indispensável, sob pena de nulidade, que lhe seja nomeado curador quando do interrogatório.
- b) O interrogatório é momento de autodefesa, devendo em regra ser realizado como último ato da instrução processual, a fim de que o réu tenha ciência de todo conteúdo da acusação.
- c) As perícias serão realizadas sempre por dois peritos com conhecimento técnico específico, sendo nomeados pelo Juiz.
- d) A prova produzida por uma parte somente a esta aproveita, não podendo se falar em comunhão da prova penal.

47. Considerando as nulidades no processo penal, aponte a alternativa que se apresenta EQUIVOCADA em relação ao tema:

- a) O reconhecimento da nulidade de um ato processual importa na automática invalidade de todos os atos praticados após aquele que fora anulado.
- b) As nulidades absolutas podem ser reconhecidas de ofício em qualquer grau de jurisdição.
- c) As nulidades relativas podem ser alegadas apenas pela parte prejudicada, desde que: não tenha dado causa ao ato ou concorrido para tal, ou mesmo concordado com sua prática; ainda esteja no momento oportuno; e demonstre o prejuízo sofrido.
- d) Se um ato for praticado em descompasso com o modelo legal mas não trouxer prejuízo às partes e atingir sua finalidade, é tido como mero ato irregular, devendo ser aproveitado.

48. Em audiência de custódia, ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz poderá tomar várias providências urgentes, com EXCEÇÃO da seguinte:

- a) Relaxar o flagrante, determinando a soltura do preso.
- b) Homologar o flagrante, todavia manter automaticamente segregado o preso se o delito vedar a concessão da liberdade provisória ou fiança.
- c) Homologar o flagrante e conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.
- d) Converter a prisão em flagrante em preventiva se presentes seus pressupostos e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão.

49. Sobre o trabalho externo do preso, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com a Lei de Execução Penal:

- a) Se for prestado à entidade privada, depende do consentimento expresso do preso.
- b) Não é admissível para o preso que cumpre pena em regime fechado.
- c) Deve sempre ser autorizado pelo juiz da execução.
- d) É admissível para o preso provisório.

50. De acordo com a Lei de Execução Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores, não comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:

- a) Incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina.
- b) Provocar acidente de trabalho.
- c) Possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem.

d) Inobservar o perímetro estabelecido por ocasião da aplicação do monitoramento por tornozeleira eletrônica.

DIREITO ADMINISTRATIVO

51. Considerando a matéria licitação, assinale a afirmativa inteiramente CORRETA:

- a) As entidades privadas (OSCIPS, OS, fundações de apoio e outras entidades do terceiro setor), não se submetem à lei de licitações quando as aquisições, compras, serviços ou alienações envolvam recursos ou bens repassados voluntariamente pela União, em razão de sua natureza jurídica privatística.
- b) No que se refere ao princípio da isonomia, a lei de licitações permite tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, estendidos às cooperativas pela Lei 11.488/07, não se configurando, no entanto, em critério de desempate.
- c) A finalidade da licitação é a de garantir a observância do princípio da isonomia entre os licitantes e a de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.
- d) Quanto à licitação sustentável a lei autoriza a previsão, no instrumento convocatório, de exigências que favoreçam a proteção do meio ambiente, em harmonia com o desenvolvimento social e econômico, apenas não podendo ser a proposta vencedora a de maior valor.

52. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa CORRETA quanto a intervenção na propriedade.

- a) Servidão administrativa é o ônus real (*pati* – suportar) que recai sobre um bem, em favor do interesse público, mediante indenização dos prejuízos verificados. Em regra é gratuita. Pressupõe necessidade não transitória, por isso é definitiva.
- b) Requisição administrativa é a utilização coativa de bem particular para atendimento de necessidades urgentes e transitórias (iminência de perigo). Não cabe indenização em qualquer hipótese, já que é dever de todos agir com solidariedade em situações de emergência.
- c) Limitação administrativa é a imposição geral e onerosa de condicionamentos ao exercício de direitos ou atividades em razão do bem comum (*non facere* – não fazer).
- d) Tombamento implica em limitação perpétua, parcial ou total, sobre determinado bem de interesse histórico, paisagístico. O bem pode ser reformado sem aviso prévio ao IPHAN ou mesmo retirado do país para exposição, caso seja bem móvel.

53. A responsabilidade civil objetiva, da Administração Pública, compreende os danos causados aos particulares, até mesmo:

- a) Sem haver culpa ou dolo do seu agente, pelo ato ou fato danoso.
- b) Quando houver culpa do respectivo paciente.
- c) Sem nexos causal entre o ato ou fato e o dano.
- d) Quanto aos atos predatórios de terceiros e fenômenos naturais.

54. A inexecução, pela concessionária, do contrato de concessão de serviço público, por razões imputáveis exclusivamente a ela, autoriza o Poder Público à:

- a) Rescisão do contrato respectivo, com posterior encampação.
- b) Encampação, com posterior rescisão do contrato respectivo.
- c) Declaração de caducidade da concessão, com posterior encampação.
- d) Declaração de caducidade da concessão.

55. Em relação às agências reguladoras, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A natureza de autarquia especial, conferida à agência reguladora pela lei de criação, assegura-lhe autonomia administrativa e financeira, bem como a não sujeição à supervisão presidencial ou ministerial.
- b) A indicação de seus dirigentes pelo Poder Executivo é por prazo indeterminado, podendo a lei de criação prever condições para a perda da função.
- c) Há previsão legal de impedimento ao ex-dirigente para o exercício de atividade ou a prestação de qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência por um período de quatro meses, contados da exoneração ou do término do seu mandato.
- d) Os seus Conselheiros e os seus Diretores somente perderão o mandato em caso de renúncia ou de condenação judicial transitada em julgado.

56. Leia a seguinte situação hipotética: Em razão de período de fortes chuvas, o Governador do Estado de Santa Catarina decretou estado de calamidade pública em determinados municípios. Em razão desse decreto, as autoridades competentes desses municípios passaram a realizar contratações sem prévio procedimento licitatório, com o fim de adquirir bens necessários para socorrer os desabrigados, como remédios, gêneros alimentícios, colchões e agasalhos. Nesse caso, os municípios:

- a) Estão se utilizando de hipótese legal de dispensa de licitação.
- b) Estão proibidos de realizar licitação, em razão do estado de calamidade.
- c) Estão se utilizando de hipótese legal de inexigibilidade de licitação.
- d) Deveriam utilizar licitação simplificada, na modalidade pregão, para realizar tais contratações.

57. Servidor público não estável responde a processo administrativo disciplinar, ao final do qual é demitido. Um ano após a demissão, o ex-servidor consegue ver anulado o ato administrativo que o demitiu. Feitas tais considerações, assinale a opção CORRETA:

- a) A anulação da demissão gera para o servidor a reintegração imediata ao cargo ocupado.
- b) O servidor não possui direito a retornar ao cargo antes ocupado, por não ser estável quando foi demitido.
- c) Em face dos efeitos produzidos pelo ato administrativo anulado, o servidor tem direito de voltar ao cargo de origem.
- d) Haverá reintegração desde que o servidor tenha completado tempo suficiente para a aquisição da estabilidade quando a demissão foi anulada.

58. No que se refere ao controle dos atos administrativos, é CORRETO afirmar que possuem efeitos retroativos:

- a) A revogação, a anulação e a convalidação de tais atos.
- b) Apenas a anulação e a convalidação de tais atos.
- c) A revogação e a anulação de tais atos, apenas.
- d) Apenas a revogação e a convalidação de tais atos.

59. O princípio que instrumentaliza a Administração para a revisão de seus próprios atos, consubstanciando um meio adicional de controle da sua atuação e, no que toca ao controle de legalidade, representando potencial redução do congestionamento do Poder Judiciário, denomina-se:

- a) Razoabilidade.
- b) Proporcionalidade.
- c) Autotutela.
- d) Eficiência.

60. O chamado mérito administrativo costuma ser relacionado ao(s) seguinte(s) elemento(s) do ato administrativo:

- a) Finalidade e objeto.
- b) Finalidade e motivo.
- c) Motivo e objeto.
- d) Finalidade, apenas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

61. O Direito Tributário compreende:

- a) Estritamente os direitos e atribuições dos contribuintes propriamente ditos para com o Fisco.
- b) As normas relativas ao orçamento, à Despesa Pública e ao Crédito Público.
- c) O conjunto de normas que regulam as relações jurídicas entre os sujeitos passivos da obrigação tributária ou terceiros e o Fisco, assim como as prerrogativas deste.
- d) As normas referentes ao funcionamento e estrutura dos órgãos encarregados da fiscalização tributária.

62. O preço de venda de um imóvel atingiu no mercado imobiliário o valor de R\$ 200.000,00. No ano seguinte, por contingências mercadológicas, este preço quadruplicou. O município onde se situa o imóvel emite guia cobrando quatro vezes o valor do IPTU cobrado no exercício anterior:

- a) A cobrança está nos limites estritos da lei, pois apenas foi atualizado o valor venal.
- b) A cobrança é legal pois não representou nenhum aumento de alíquota.
- c) A cobrança é legal, não representando aumento de tributação, mas simples atualização de base de cálculo.
- d) As três respostas anteriores estão corretas.

63. A responsabilidade tributária pode ser imputada pessoalmente aos agentes, no que se refere à obrigação tributária resultada de atos praticados:

- a) Com excesso de poderes.

- b) Com infração à lei.
- c) Com infração a contrato social.
- d) Em todos os casos acima.

64. De acordo com o CTN, NÃO se considera fato gerador pendente:

- a) Nas situações de fato, quando as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios ainda não se verificaram.
- b) Nas situações jurídicas, quando não estiver ainda definitivamente constituído, nos termos do direito aplicável.
- c) Nos negócios com condições suspensivas, quando estas condições ainda não se implementaram.
- d) Nos atos ou negócios jurídicos com condição resolutória, a partir do momento da prática do ato ou da celebração do negócio.

65. Das afirmações abaixo:

I - O lançamento é sempre um procedimento administrativo.

II - O lançamento é um procedimento vinculado.

III - O lançamento é consubstanciado em um documento, que pode ser um aviso de lançamento, uma notificação, etc.

IV - O lançamento pode cominar penalidades por infração as leis tributárias.

- a) Todas estão corretas.
- b) Estão corretas apenas as assertivas III e a IV.
- c) Estão corretas somente as assertivas II, III e a IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas I e II.

66. Ainda que constituído, o crédito tributário pode ter sua exigibilidade suspensa, em razão de:

- a) Consignação em pagamento, decisão judicial definitiva, anistia e remissão.
- b) Moratória, liminar em mandado de segurança, consignação em pagamento e parcelamento.
- c) Liminar em ação cautelar, depósito do montante integral do crédito, compensação e moratória.
- d) Parcelamento, depósito do montante integral do crédito, reclamações e recursos administrativos previstos em lei e moratória.

67. No que respeita ao lançamento tributário, é CORRETO afirmar que:

- a) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- b) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não pode ser alterado.
- c) Lançamento de ofício é a modalidade em que o contribuinte declara, apura e recolhe o tributo devido, para ulterior homologação pelo fisco.
- d) Havendo decisão administrativa definitiva que anule determinado lançamento fiscal por vício formal, fica impedido o fisco de efetuar novo lançamento para constituição do crédito tributário.

68. Assinale, abaixo, a opção que, segundo decorre do Código Tributário Nacional, contém afirmação FALSA:

- a) A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, da qual não comporta prova em contrário por se tratar de presunção absoluta.
- b) A dívida ativa na qual exista omissão de qualquer dos requisitos formais previstos no CTN ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da respectiva inscrição e do processo de execução dela decorrentes.
- c) A nulidade da CDA (certidão de dívida ativa) poderá ser sanada mesmo após o ajuizamento da execução fiscal, mas sempre antes da sentença de primeira instância, mediante substituição da certidão nula. Neste caso deve ser reaberto prazo ao sujeito passivo para defesa, caso esta já tenha sido apresentada, que somente poderá versar sobre a parte modificada.
- d) A certidão positiva, na qual conste créditos tributários já inscritos em dívida ativa e com a execução judicial ajuizada e garantida por penhora do valor total, tem os mesmos efeitos de certidão negativa.

69. Lei estadual prevendo a incidência de imposto sobre operações de circulação de livros e jornais:

- a) É válida porque a instituição de imposto sobre circulação de mercadorias insere-se na competência do Estado.
- b) É inconstitucional por violar norma de imunidade tributária.
- c) Viola o dispositivo constitucional que prevê isenção de impostos sobre livros e jornais.
- d) Não possui qualquer vício de inconstitucional.

70. Determinado contribuinte, devedor de tributo, obtém o seu parcelamento e vem efetuando o pagamento conforme deferido. Apesar disso, sofre processo de execução fiscal para a cobrança do referido tributo, ajuizado após a adesão ao parcelamento. Nos embargos de devedor, o contribuinte poderá alegar:

- a) A carência da execução fiscal, em face da novação da dívida, que teria perdido a sua natureza tributária pelo seu parcelamento.
- b) A improcedência da execução fiscal, por iliquidez do título exequendo, pelo fato de que parte da dívida já foi paga.
- c) O reconhecimento do direito apenas parcial à execução fiscal, por parte do Fisco, em face da existência de saldo devedor do parcelamento.
- d) A carência da execução fiscal em face da suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

DIREITO EMPRESARIAL**71. À luz do vigente Código Civil Brasileiro, considera-se Sociedade Empresária:**

- a) A convenção formal entre pessoas físicas e jurídicas que reciprocamente se obrigam com bens e serviços para o exercício de atividade piedosa.

- b) A convenção formal entre pessoas que reciprocamente se obrigam, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica ou não, com partilha entre si dos resultados.
- c) A declaração formal de uma pessoa física que se obriga a dispor, de bens e serviços para a execução de atividade laboral remunerada, regulamentada e sob a subordinação às ordens de alguém.
- d) A convenção contratual de pessoas que reciprocamente se obrigam com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha entre si dos resultados.

72. Segundo o art. 966 do Código Civil, é considerado *empresário*:

- a) Quem é sócio da sociedade empresária dotada de personalidade jurídica.
- b) Quem é titular do controle da sociedade empresária dotada de personalidade jurídica.
- c) Quem exerce profissão intelectual de natureza científica, literária ou artística.
- d) Quem exerce atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços.

73. O Código Civil, ao tratar de matéria disciplinada na Lei n 12.441/2011, passou a apresentar mais uma opção para as pessoas que desejam se constituir como empresa e instituiu a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - “EIRELI”. Dentre as alternativas abaixo, assinale a CORRETA:

- a) A empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não pode ser inferior a 150 (cento e cinquenta) vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- b) O nome empresarial da empresa individual de responsabilidade limitada deverá ser formado por denominação e com a inclusão da expressão “EIRELI”.
- c) A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI somente poderá figurar uma única empresa dessa modalidade.
- d) A empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, deverá sempre ser constituída nesta modalidade, não podendo, portanto, resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.

74. O Código Civil (Lei n. 10.406/2002), estabelece normas para disciplinar a Sociedade Limitada. Segundo a legislação pertinente e dentre as alternativas abaixo, assinale a CORRETA:

- a) A sociedade limitada, independentemente de previsão contratual, a regência supletiva se dá pela normas da sociedade anônima.
- b) Na sociedade limitada, quando houver modificação do contrato, fusão da sociedade, incorporação de outra, ou dela por outra, terá o sócio que dissentiu o direito de retirar-se da sociedade, nos trinta dias subsequentes à reunião.
- c) Na sociedade limitada, independentemente do número de sócios, as deliberações serão tomadas em assembleia.
- d) Na sociedade limitada, sem prejuízo dos poderes da assembleia dos sócios, deve o contrato instituir conselho fiscal composto de três ou mais membros e respectivos

suplentes, sócios ou não, residentes no País, eleitos na assembleia anual prevista em Lei.

75. A Lei nº 6.404/76, conhecida como Lei das Sociedades por Ações, disciplina a Sociedade Anônima. Dentre as alternativas abaixo, que tratam deste tipo societário, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Nas sociedades anônimas, os detentores de ações ordinárias têm direito de voto nas assembleias gerais e os de ações preferenciais têm prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso de capital.
- b) O capital social da sociedade anônima poderá ser formado com contribuições em dinheiro, prestação de serviços ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.
- c) A sociedade anônima de capital aberto e a de capital fechado podem criar, a qualquer tempo, títulos negociáveis, sem valor nominal e estranhos ao capital social, denominados “partes beneficiárias”.
- d) A constituição da sociedade anônima, independentemente de seu objeto depende do cumprimento de requisitos preliminares. Dentre outros, a sociedade anônima em constituição, deverá realizar, como entrada 50% (cinquenta por cento), no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro.

76. A Lei n. 11.101/05 trata da recuperação extrajudicial, recuperação judicial e falência da empresa devedora. Dentre as alternativas abaixo, assinale a CORRETA:

- a) Não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência as obrigações a título gratuito e as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.
- b) Na falência, os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor, e os decorrentes de acidente de trabalho prevalecem, na ordem de pagamento, a todos os demais créditos.
- c) Na falência, os credores que não habilitarem seus créditos no prazo de 15 (quinze) dias, conforme previsto em Lei, perderão o direito de habilitarem posteriormente.
- d) Na falência e na recuperação judicial o administrador judicial, nomeado pelo juiz, será profissional idôneo, advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.

77. A Lei nº 11.101/05 (Lei Falimentar) visa disciplinar a falência da empresa devedora. Dentre as alternativas abaixo, assinale a CORRETA:

- a) O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer, sem exceções, todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido.
- b) Decisão que decreta a falência da sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis também acarreta a falência destes, que ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida e, por isso, deverão ser citados para apresentar contestação, se assim desejarem.
- c) Da decisão que decreta a falência do devedor cabe apelação, e da sentença que julga a improcedência do pedido de falência cabe agravo.

d) A falência, ao promover o afastamento do devedor de suas atividades, visa a preservar e otimizar a utilização produtiva dos bens, ativos e recursos produtivos, inclusive os intangíveis, da empresa. Desta forma, desde a decretação da falência ou do sequestro, o devedor perde a propriedade de seus bens.

78. A legislação brasileira, ao tratar a respeito das sociedades, prevê a possibilidade da reorganização societária. Sobre as formas de reorganização societária abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos e desta incorporação surge uma nova personalidade jurídica.
- b) A fusão será decidida, na forma estabelecida para os respectivos tipos, pelas sociedades que pretendem unir-se e não determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.
- c) A transformação é a mudança de um tipo societário em outro, que depende do consentimento de todos os sócios, salvo se previsto no ato constitutivo. O ato de transformação independe de dissolução ou liquidação da sociedade, e obedecerá aos preceitos regulares da constituição e inscrição próprios do tipo que vai converter-se.
- d) A cisão é a operação pela qual a sociedade transfere parcelas do seu patrimônio para uma outra sociedade, constituídas para este fim ou já existentes. A cisão pode ser total ou parcial. Tanto no caso de cisão total ou parcial, a sociedade cindida perde a sua personalidade jurídica.

79. De acordo com a Lei nº 7.357/85, dispõe sobre o cheque e dá outras providências. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O cheque é uma ordem de pagamento à vista ou a prazo e a morte do emitente ou sua incapacidade superveniente à emissão invalidam os efeitos do cheque.
- b) No cheque, feita a indicação da quantia em algarismos e por extenso, no caso de divergência, prevalece a quantia indicada em algarismos. Se ocorrer a indicação da quantia mais de uma vez, quer por extenso, quer por algarismos, neste caso o cheque não tem validade.
- c) O emitente ou o portador podem cruzar o cheque, mediante a aposição de dois traços paralelos no anverso do título. O cruzamento geral (em branco) não pode ser convertido em especial (em preto).
- d) O cheque deve ser apresentado para pagamento, a contar do dia da emissão, no prazo de 30 (trinta) dias, quando emitido no lugar onde houver de ser pago; e de 60 (sessenta) dias quando emitido em outro lugar do País ou no exterior e prescreve em 6 (seis) meses, contados da expiração do prazo de apresentação.

80. De acordo com a legislação que trata dos títulos de crédito, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A letra de câmbio é uma promessa de pagamento, feita pelo sacador ao beneficiário e que não admite aceite e permite o endosso parcial.

- b) A duplicata é um título de crédito causal que decorre de compra e venda mercantil ou de prestação de serviços previstos em Lei, que é protestável por falta de aceite, de devolução ou de pagamento.
- c) O cheque é uma ordem de pagamento à vista ou a prazo, emitido contra banco, ou instituição financeira que lhe seja equiparada, sob pena de não valer como cheque, transmissível por endosso e que admite aceite.
- d) A nota promissória é uma promessa de pagamento que deve conter os requisitos essenciais, lançados, por extenso, no contexto e que admite aceite.

LINGUA PORTUGUESA

81. Assinale a única alternativa cuja palavra ou expressão sublinhada esteja de acordo com a Norma Padrão da Língua Portuguesa:

- a) Pedido do apelado retificado afim de constar o patronímico como último nome.
- b) A Polícia Federal informou que já sabia do local aonde eram levados os documentos para serem escondidos.
- c) O advogado era incipiente, mais as provas apresentadas eram robustas.
- d) Mesmo estando bem com seus familiares, o réu era um mal-caráter.

82. Assinale a única alternativa que está de acordo com a Norma Padrão da Língua Portuguesa, em se tratando do correto uso da crase:

- a) O cômputo do prazo será à partir da publicação oficial da sentença.
- b) As cenas descritas aconteceram sempre à noite?
- c) Não desobedeça à ninguém que pode mandar lhe prender.
- d) Entreguei à Vossa Excelência todos os documentos.

83. Assinale a única alternativa que, de acordo com a Norma Padrão da Língua Portuguesa, FALTA crase:

- a) Eles nunca chegaram a fazer o trabalho!
- b) O advogado não se restringia a nenhuma linha de defesa.
- c) O advogado dirigiu-se a casa do cliente bem cedo.
- d) Você sabe que xenofobia significa aversão a pessoas ou coisas estrangeiras?

84. Em relação aos itens abaixo.

I - “Emerge-se da ação penal que o requerido, por reiteradas vezes, conduzia a viatura da para praticar indevidamente atos de ofício contrários à disposição expressa de lei.”

II - “O Ministério Público, por seu representante, legitimado nos termos do art. 129, III, da Constituição da República, art. 5º da Lei n.7347/1985 e ditames da Lei n. 8.429/1992, ...”

III - “O deferimento liminar dos pedidos, como fundamentado no preâmbulo deste petição;”

IV - “Os referidos artigos a perda da função pública ou a suspensão dos direitos políticos, com a decisão judicial transitada em julgado.”

Adap. para fins didáticos

<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/2d8415cc-2fb4-46c7-bf01-367241b60e47.pdf>

Assinale a alternativa que completa os espaços, levando em consideração a ortografia vigente.

- a) Supracitada, infrafirmado, supramencionados, preveem.
- b) Supracitada, infra-firmado, supra mencionados, preveem.
- c) Supra-citada, infra-firmado, supra-mencionados, prevêem.
- d) Supra citada, infrafirmado, supra mencionados, preveêm.

85. Em relação aos itens abaixo.

I - “Os meios jurisdicionais podem ocorrer por meio da arbitragem, que é o meio, e pela Corte Internacional de Justiça, que é o meio judicial.”

II - “A perícia é aquela realizada entre pessoas físicas e privadas, fora do Estado e fora do poder judiciário.”

III - “Este sentido se atém às noções de aplicabilidade, exigibilidade ou executoriedade da norma, perpassando pelo exame do preenchimento das condições aptas à produção de efeitos jurídicos específicos.”

IV - “[...] entre o processo administrativo e o judicial (em matéria fiscal) a partir da identificação de contenciosos cuja solução deveria ser tentada previamente na esfera administrativa”

Adap. para fins didáticos

Assinale a alternativa que completa os espaços, levando em consideração a ortografia vigente.

- a) Semijudicial, extrajudicial, intrassistêmicas, inter-relações.
- b) Semi judicial, extrajudicial, intras-sistêmicas, interrelações.
- c) Semi-judicial, extra-judicial, intrassistêmicas, interrelações.
- d) Semijudicial, extra judicial, intra-ssistêmicas, inte-rrelações.

86. Considere os itens I, II e III a seguir para responder a questão.

I - Sobre o uso dos porquês, está correta a frase: “Sempre tem um porquê de não querer fazer o concurso público.”

II - Na frase “O estudante tinha razões para não explicar porquê desistiu de fazer o exercício.” o uso do porquê está correto, pois ele pode ser substituído pela expressão “por que motivo” e está no meio da frase.

III - Utilizamos “acerca de”, quando significa sobre, a respeito de. Já o “a cerca de” é usado quando existe ideia de aproximação; quer dizer “aproximadamente, cerca de”.

- a) I e II estão corretos.
- b) I, II e III estão corretos.
- c) I e III estão corretos.
- d) II e III estão corretos.

87. Assinale a única assertiva que contém frase gramaticalmente CORRETA referente à vírgula.

- a) As eleições político-partidárias aconteceram, na mais perfeita tranquilidade democrática.
- b) As eleições político-partidárias, aconteceram na mais perfeita tranquilidade democrática.
- c) Na mais perfeita tranquilidade democrática, as eleições político-partidárias aconteceram no Brasil.
- d) Na mais perfeita tranquilidade democrática, as eleições político-partidárias, aconteceram, no Brasil.

88. Assinale a única assertiva CORRETA no tocante ao uso da vírgula na técnica legislativa.

- a) A Constituição Federal assegura a liberdade religiosa, mas o proselitismo religioso ainda impera em algumas entidades.
- b) A Constituição Federal assegura a liberdade religiosa, mas, o proselitismo religioso, ainda, impera em algumas entidades.
- c) A Constituição Federal, assegura a liberdade religiosa, mas o proselitismo religioso ainda impera, em algumas entidades.
- d) A Constituição Federal assegura a liberdade religiosa, mas o proselitismo religioso, ainda, impera, em algumas entidades.

89. Considere os itens I, II e III a seguir para responder a questão:

I - “Onde” indica situação estática, sem movimento. É usado para indicar local. Se a situação não for de local, de lugar, use os pronomes relativos: no qual, na qual, em que. “Aonde” indica movimento, situação dinâmica, equivale a “para onde”.

II - Na frase “Carolina falou que irá reclamar com o advogado. Isso parece que vai acabar em confusão.”, o pronome demonstrativo está empregado corretamente por se referir a algo que já foi mencionado no discurso.

III - Na frase “Este carro vermelho perto de você está com o pneu furado.”, o pronome demonstrativo utilizado está correto por se tratar da regra da proximidade.

- a) I e II estão corretos.
- b) I, II e III estão corretos.
- c) I e III estão corretos.
- d) Apenas o item I está correto.

90. Considere os itens I, II e III a seguir para responder a questão:

I - Com relação à legislação, é importante lembrar da citação de artigos, incisos, alíneas e parágrafos, caso a citação for em ordem direta, haverá vírgula, mas a ordem indireta não a exige. Sendo assim, a frase em ordem indireta está correta: “O art. 102 inciso I alínea “a” da Constituição Federal.”

II - A frase “A língua portuguesa, é o idioma oficial da República Federativa do Brasil, conforme consta do art. 13, da Constituição Federal.” está gramaticalmente incorreta no tocante à vírgula.

III - A vírgula é corretamente usada na frase “A crise atual, é marcada, indubitavelmente, pelas pedaladas fiscais.”

- a) I e II estão incorretos.
- b) I, II e III estão incorretos.
- c) I e III estão incorretos.
- d) II e III estão incorretos.

JUIZADOS ESPECIAIS

91. No regime dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a opção CORRETA:

- a) O princípio da oralidade possibilita uma comunicação direta entre os envolvidos no processo, como forma de garantir a economia processual e informalidade.
- b) Há uma superioridade da forma escrita sob a forma verbal, não se excluindo, entretanto, o princípio da oralidade.
- c) Os poderes especiais outorgados ao advogado poderão ser feitos de forma oral, constando de termo nos autos.
- d) A petição inicial poderá ser oferecida oralmente na Secretaria dos Juizados, no entanto, a fase de execução deverá ser iniciada mediante requerimento por escrito.

92. Os princípios informativos orientam todo o Sistema dos Juizados Especiais e expressam uma carga idealizada de garantir o amplo acesso à justiça. Decorrem desses princípios as seguintes assertivas, EXCETO:

- a) A prova oral não necessita ser reduzida a escrito, podendo ser registrada por outro meio, como oitiva filmada ou só gravada em audiência.
- b) Não se reconhecerá a nulidade de qualquer outro ato processual se não houver efetivo prejuízo à parte.
- c) É possível a conciliação das partes independentemente de prévia apresentação do pedido, bastando o seu comparecimento.
- d) A sentença deve necessariamente conter o relatório, fundamentação e dispositivo.

93. Acerca dos recursos no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis:

- a) O advogado que constar do termo da audiência estará habilitado para todos os atos do processo, inclusive, para a interposição de recurso.
- b) Para a oposição de embargos declaratórios necessário a existência de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida, não se prestando o mesmo ao exame de questões já decididas ou sobre o acerto do julgado.
- c) Interpostos embargos de declaração, estes suspenderão o prazo para recursos.
- d) Contra as decisões das Turmas Recursais são cabíveis os embargos declaratórios, com a possibilidade de interposição de recurso especial e extraordinário.

94. Por ser rito especial, e havendo enunciados sobre a impossibilidade de tramitarem ritos especiais dentro do Juizado (por incompatibilidade), a aparente antinomia é melhor resolvida da seguinte forma, sempre à luz dos princípios informadores do Sistema de Juizados:

- a) Nenhuma demanda que tenha procedimento especial previsto em lei pode tramitar perante os Juizados.

- b) Há demandas que têm procedimento especial previsto e que expressamente são acolhidas pela Lei nº 9.099/95, como o despejo para uso próprio, mas para isso, ele tramita pelo rito do Juizado, embora pedido e causa de pedir sejam da ação de rito especial, ou seja, sem poluir o rito do Sistema dos Juizados.
- c) Há demandas que têm procedimento especial previsto e que expressamente são acolhidas pela Lei nº 9.099/95, como o despejo para uso próprio, e para isso ela seguirá o rito especial, deixando-se de considerar o fluxo processual previsto para o Sistema dos Juizados Especiais.
- d) Nenhuma das anteriores está correta.

95. O sistema recursal do Juizado Especial Cível, observando a jurisprudência e aplicação em Santa Catarina:

- a) Mandado de Segurança contra ato do Juiz do Juizado Especial Cível é perante Câmara Isolada do TJSC.
- b) O recurso cível é apresentado perante o Juiz do Juizado, para processamento perante a Turma Recursal.
- c) *Habeas Corpus* contra ato do Juiz do Juizado Especial Cível é perante Câmara Isolada do TJSC.
- d) Os embargos declaratórios são dirigidos à Turma Recursal diretamente lá propostos, por instrumento.

96. Recentemente, o FEJESC decidiu por proposição de Magistrada que o Sistema dos Juizados Especiais, no Juizado Especial Cível, não deveria admitir qualquer tipo de perícia.

- a) A simplicidade e a informalidade, no Juizado, bem como o fluxo processual célere e compacto, de cognição sumária não exauriente, impede que se lance mão de inserir no procedimento a designação de Perito, Assistentes Técnicos, marcação de momento para exame, apresentação e impugnação de laudos após quesitação etc. Tudo isso, incompatível com o rito.
- b) O STF já decidiu anteriormente, em causa relativa a empresas de tabaco, que a necessidade de perícia formal é o que afasta a competência do rito especial, sendo que deixa de se estar em “menor complexidade probatória”.
- c) É possível prova técnica simplificada, sendo que quando é razoável e proporcional (custo x benefício), e para demonstração de situações de fato mais simples, sejam ouvidos Técnicos, sejam apreciados laudos de assistência técnica que as partes tenham produzido entre outros meios, desde que isso se dê até ou durante a instrução do processo, em audiência (observando assim a necessária oralidade dialogada).
- d) Todas as anteriores estão corretas.

97. Com expressa regulação na lei especial, são temas de características próprias do Sistema dos Juizados em que se insere o Juizado Especial Cível, EXCETO:

- a) Elementos da sentença cível.
- b) Regulação quanto a despesas processuais.
- c) Normas sobre a formalização de penhora.
- d) Normas de procedimento.

98. No que se refere aos Juizados Especiais, é INCORRETO afirmar:

- a) Veda-se toda e qualquer forma de intervenção de terceiros, inclusive, assistência ou recurso de terceiro prejudicado.
- a) Não podem participar nos juizados, os incapazes, presos, pessoas jurídicas de direito público e autarquias, empresas públicas da União, massa falida e insolvente civil.
- c) É possível a acumulação simultânea das condições de preposto e advogado na mesma pessoa.
- d) A citação editalícia foi excluída no âmbito da justiça especializada, visando manter a economia processual e a celeridade da prestação jurisdicional.

99. Leocádia ajuizou ação cautelar de exibição de documentos, deduzindo pedido de natureza cautelar, perante o Juizado Especial Cível Estadual. Em termos de competência, AFIRMA-SE que:

- a) O pedido de natureza cautelar revela a incompetência relativa dos juizados especiais em razão da matéria.
- b) O procedimento especial definido pelo CPC/2015 é incompatível com o rito dos juizados especiais.
- c) A pretensão deduzida de exibição de documentos se enquadra no rol de competências do art. 3º da Lei nº. 9.099/95.
- d) As ações de menor complexidade estão excluídas da competência dos juizados especiais.

100. Sobre a autocomposição:

- a) Não é necessária a presença do juiz togado ou leigo na sessão de conciliação, mas é imprescindível a do juiz togado na audiência de instrução conduzida por juiz leigo.
- b) Tanto o juiz leigo quanto o conciliador estão impedidos de exercer a advocacia na comarca em que atuem nessas funções.
- c) O microsistema do juizado especial admite a homologação de qualquer acordo extrajudicial, independentemente da sua natureza ou valor, constituindo-se a sentença como título executivo judicial.
- d) O conciliador deverá ser preferencialmente advogado com experiência de cinco anos.